



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

| | |
|---|---------------------------|
| Processo: 202073100747 | Distribuição: 25/06/2020 |
| Número Único: 0000717-15.2020.8.25.0042 | Competência: Areia Branca |
| Classe: Procedimento Comum | Fase: POSTULACAO |
| Situação: Andamento | Processo Principal: ***** |
| Processo Origem: ***** | |

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: GIVALDO DA SILVA
Endereço: RUA DO GRUPO
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: AREIA BRANCA - Estado: SE - CEP: 49580000
Requerente: Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

25/06/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

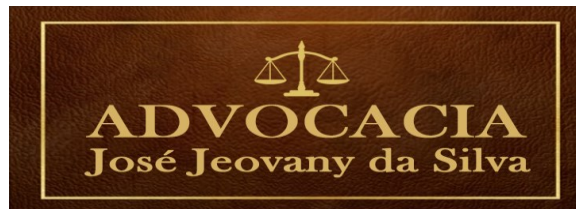
Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202073100747, referente ao protocolo nº 20200624153601936, do dia 24/06/2020, às 15h36min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE LARANJEIRAS DISTRITO JUDICIÁRIO DE AREIA BRANCA
- SERGIPE**

GIVALDO DA SILVA, brasileiro, solteiro, vigilante, portador do RG nº 1.119.759 SSP/SE e CPF nº 588.160.205-63, residente e domiciliado na Rua do Grupo, nº 80, Centro, Areia Branca/SE, CEP 49.580-000, Tel.: (79) 99644-8669, **não possui endereço eletrônico**, por meio de seu advogado que está subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir delineados:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei 1060/50, com redação dada pela lei 7510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.



DOS FATOS

No dia 01 de Dezembro de 2018, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/XRE 300, ano 2011/2011, cor preta, placa OEN-6089, CHASSI 9C2ND0910BR222126, Aracaju/SE, no sentido N. Sra. das Dores/SE a Siriri/SE, quando na curva do “S” perdeu o controle da motocicleta, invadiu a lateral direita da via e foi de encontro a uma cerca de arame, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fratura no ombro esquerdo em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar do Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros), a seguradora não realizou nenhum pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT, conforme dados do sinistro anexo.

Portanto, não restou alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

DO DIREITO

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de



indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei 6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL – POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



(...)

II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.

(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar, porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*(...) (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:



Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Requerente, o qual será constatado por meio de exame pericial.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;
- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja a **presente ação julgada totalmente procedente, condenando a Requerida ao pagamento do seguro DPVAT pertinente**,



auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos;

- f)** A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 24 de Junho de 2020.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Givaldo da Silva, brasileiro, solteiro, marido, inscrito no RG sob nº 1.119.759 SSP/SE e no CPF sob nº 588.160.205-63, residente e domiciliado na Rua do Grupo nº 80, Centro, Área Branca/SE, CEP: 49.580-000.

OUTORGADO: José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

FINALIDADE: propon ações de cobrança

N.ª da Glória/SE 24 de Junho de 2020

Givaldo da Silva
Assinatura

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Declarante: Givaldo da Silva Brasileiro
Solteiro, Nacionalidade, inscrito no RG
Nº 1.181.759 SSP/SE e no CPF. Nº
N. 588.160.203-63, residente e domiciliado
na Rua do Grupo nº 80, Centro, Arua
Branca/SE, CEP: 49580-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N. Sen. da Glória/SE 24 de Junho de 2020

Givaldo da Silva
Assinatura

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Givaldo da Silva, portador(a)
do RG sob n. 1.119.759 expedido pelo SSP/SE em / / , e no
CPF sob n. 588.960.205-63, venho, por meio desta, declarar que resido
neste endereço: Rua do Grupo, nº 80,
Bairro: Centro, Cidade: Alta Buena,
UF: SE, CEP: 49580-000

N. Sug. da Glória/SE de 5 junho de 2020

Givaldo da Silva
Assinatura



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"

Givaldo da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.119.759 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 04/10/2011

NOME GIVALDO DA SILVA

FILIAÇÃO JOSE JOAQUIM DA SILVA MARIA DO CED SANTOS DA SILVA

NATURALIDADE RIACHUELO-SE DATA DE NASCIMENTO 25/10/1971

DOC ORIGEM CT: NASCIM. NR 21061 LV A 25 R 171

CPF CART DO DIST DA COM DE RIACHUELO-SE

PIS/PASEP 588.160.205-63

ASSINATURA DO DETENTOR PERGOBIA DA SILVA

LEI Nº 7.116 DE 20.03.63

Ministério da Fazenda

Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número 588.160.205-63

Nome GIVALDO DA SILVA

Nascimento 25/10/1971

CÓDIGO DE CONTROLE DEAB.274E.D3E0.29E5



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil às 11:04:16 do dia 15/03/2019 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 025.152.361



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

DADOS DO CLIENTE

JOSE JOAQUIM DA SILVA
RUA DO GRUPO 0080
AREIA BRANCA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/134358-1

REFERÊNCIA

JUN/2020

APRESENTAÇÃO

18/06/2020

CONSUMO

55

VENCIMENTO

25/06/2020

TOTAL A PAGAR

R\$ 42,49

Acesse: www.energisa.com.br

| | | | | |
|---|-----------------|-----------------|--------------------|--------------------|
| BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL | | | | |
| 00190.00009 03087.893008 08031.458170 7 82970000004249 | | | | |
| Pagador: JOSE JOAQUIM DA SILVA CNPJ/CPF: 575.247.345-49 | | | | |
| RUA DO GRUPO 0080 - AREA RURAL - AREIA BRANCA / SE - CEP 00000-000 | | | | |
| Nosso-Número | Nr Documento | Data Vencimento | Valor do Documento | Valor Pago |
| 30878930008031458 | 000134358202006 | 25/06/2020 | R\$ 42,49 | |
| BENEFICIÁRIO:ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA | | | | 13.017.462/0001-63 |
| RUA MIN APOLONIO SALES, 00081 - - INACIO BARBOSA - ARACAJU / SE - CEP 49040-150 | | | | |
| Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/178003-4 | | | | |





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DISTRITAL DE AREIA BRANCA - AREIA BRANCA - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 038934/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 11/04/2019 10:46 Data/Hora Fim: 11/04/2019 11:32
Delegado de Polícia: Cleones S. Silva

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Regional de Nossa Senhora Das Dores - Aisp

Data/Hora do Fato: 01/12/2018 07:30

Local do Fato

Município: Nossa Senhora das Dores (SE)
Logradouro: RODOVIA SE 230
Complemento: CURVA DO "S"

Bairro: Povoado Itaperóá
Nº: S/NR
CEP: 49.600-000

Tipo do Local: Via Pública

| Natureza | Meio(s) Empregado(s) |
|---|----------------------|
| 1095: Auto lesão - Acidente de trânsito | Veículo |

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: GIVALDO DA SILVA (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Riachuelo Sexo: Masculino Nasc: 25/10/1971
Profissão: Vigilante Escolaridade: Ensino Médio Completo
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Maria do Ceo Santos da Silva Nome do Pai: José Joaquim da Silva

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 588.160.205-63

Endereço

Município: Areia Branca - SE
Logradouro: RUA TOBIAS BARRETO Nº: 166
Complemento: CASA
Bairro: POVOADO GUIDINHA CEP: 49.580-000

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

| | |
|---|---------------------------------|
| Grupo Veículo | Subgrupo Motocicleta/Motoneta |
| CPF/CNPJ do Proprietário 018.102.815-80 | Placa OEN6089 |
| Renavam 00406110506 | Número do Motor ND09E1B222126 |
| Número do Chassi 9C2ND0910BR222126 | Ano/Modelo Fabricação 2011/2011 |
| Cor PRETA | UF Veículo Sergipe |
| Município Veículo Aracaju | Marca/Modelo HONDA/XRE 300 |
| Modelo HONDA/XRE 300 | Veículo Adulterado? Não |
| Quantidade 1 Unidade | Situação Envolvido |
| Última Atualização Denatran 01/11/2017 | Situação do Veículo NADA CONSTA |

| Nome Envolvido | Envolvimentos |
|------------------|---------------|
| Givaldo da Silva | Possuidor |



Delegado de Polícia Civil: Cleones S. Silva
Impresso por: Daysiane Barbosa de Matos
Data de Impressão: 11/04/2019 11:32
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DISTRITAL DE AREIA BRANCA - AREIA BRANCA - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 038934/2019

RELATO/HISTÓRICO

RELATA O NOTICIANTE QUE EM LOCAL, DATA E HORA, TRANSITAVA COM SUA MOTOCICLETA NO SENTIDO NOSSA SENHORA DAS DORES A SIRIRI, QUANDO NA CURVA DO "S" PERDEU CONTROLE DE SEU VEÍCULO, INVADIU A LATERAL DIREITA DA VIA E FOI DE ENCONTRO A UMA CERCA DE ARAME, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU E RECAMBIADO PARA O HOSPITAL JOÃO ALVES EM ARACAJU, QUE APÓS PROCEDIMENTOS MÉDICOS, FORA CONSTATADO QUE HOUVE ROMPIMENTO DOS TENDÕES DO OMBRO DO LADO ESQUERDO. DIANTE DOS FATOS SOLICITA PROVIDÊNCIAS.

ASSINATURAS

Daysiane Barbosa de Matos
Responsável pelo Atendimento

Givaldo da Silva
(Comunicante / Vítima)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) (único/a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que de origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúncia Caluniosa e 345-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Rx
NÚCLEO DE VIOLENCIA

VS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1821667
CNS:

DATA: 01/12/2018
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 10:06

USUARIO: VDMSANTOS

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : GIVALDO DA SILVA
IDADE.....: 47 ANOS NASC: 25/10/1971
ENDERECO.....: POVOAGO GUIBINHA
COMPLEMENTO....: 700300989805435 BAIRRO:
MUNICIPIO.....: AREIA BRANCA UF: SE CEP....: -
NOME PAI/MAE...: /MARIA DO CEO SANTOS SILVA
RESPONSAVEL...: TRAZIDO PELO SAMU TEL....: 79-9644866
PROCEDENCIA....: AREIA BRANCA-SE 9
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAJMA: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: *queda de nuca, com capote. Mgo sendo ale*
Consciência ou futuro.
queda de dor em nuca e.

ANOTACOES DA ENFERMAGEM: *ABC - P, D, glaxofan 15, ~~10~~ E. Por*
ambos e clavícula e.

DIAGNOSTICO: *Politrauma*

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

1- *Buprenid 10mg*
2- *Rais-x cervical perfil, T3rox AP, o ~~10~~ e AP e perfil*
Rais-x quadril AP.
3- *Capredin 10mg*
Dr. Argus Fernandes
Chefe de Serviço
ANAT. PATOL

DATA DA SAIDA: / / HORA DA SAIDA: :
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] INT. [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

REALIZADO EM 01/12/18
AS 10:45

RELATÓRIO 0730 / 2019 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1812010263 / ESUS – SAMU

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **08h03min** do dia **01 de Dezembro de 2018**, para atendimento de vítima identificada como **Givaldo da Silva**, com relato de **queda de moto**, no município de Nossa Senhora das Dores.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Capela** realizou atendimento no local, e em seguida removeu para o **Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE** no município de Aracaju, onde o deixou aos cuidados da equipe.

Aracaju, 05 de Junho de 2019

Dr. Mary Anne Machado Tereza
MÉDICA
CRM 1720

Mary Anne

P **Andréa Lenir Bastos Paiva Nery**

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE

NOME DO PACIENTE: GIVALDO DA SILVADATA DA ENTRADA: 01/12/2018DATA DA SAÍDA: 02/12/2018

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA, APRESENTANDO CONTUSÃO EM OMBRO SEM FRATURAS, FERIMENTO EM ANTEBRAÇO ESQUERDO, REALIZADO SUTURA DO FERIMENTO, TRATAMENTO TERMO ALTA HOSPITALAR.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

SUTURA DO FERIMENTO

EXAMES COMPLEMENTARES:

RADIOGRAFIAS DE: TORAX, CERVICAL, OMBRO ESQUERDO QUADRIC.

MÉDICOS ASSISTENTES:

DR. JOSE TORRES NETO

DR. ORLANDO FERNANDES

DR. ALDO FERNANDES

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (✓) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

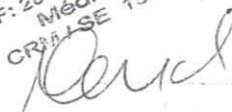
ARACAJU, 31 de Maio de 2018

Izac Souza de Mendonça
CPF: 201.961.925-91
Médico
CRM/SE 1518

p. 20


MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Izac Souza de Mendonça
CPF: 201.961.925-91
Médico
CRM/SE 1518





Givaldo da Silva

RG 1119459 SSP/SG

Paciente foi vítima de
acidente de trânsito...

no dia 01.12.13 representando
condição em ombros esquerdos

Areia Branca

13, 11, 15

Dr. Daniel L. F. Mendes
Médico
CRM 400

Carimbo e Assinatura do Profissional

Rua Heraclito Diniz, s/n / Centro / Areia Branca-SE
TEL. (79) 3288-1474



HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

Evandro de Azevedo

no centro de especialidades


Agendar consulta ambulatorial em
Ortopedia.

CID - M75.6

Dr. Ricardo Fonseca
Ortopedia - traumatologia
CRM 4694 - 15345

16/01/19

Avenida 13 de junho, nº 776 - Centro - Itabaiana-SE - Fone: (79) 3432-9270



(/)

Buscar no site

A COMPANHIA

SEGURO DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento)

CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS

SALA DE IMPRENSA

TRABALHE CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização



Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200041935 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA GIVALDO DA SILVA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA
BENEFICIÁRIO GIVALDO DA SILVA
CPF/CNPJ: 58816020563

Posição em 24-06-2020 10:45:14
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

| Histórico das correspondências enviadas | | |
|---|------------------------------------|--|
| Data da Carta | Referência | Ver Carta |
| 07/02/2020 | PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO |  (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/CUINf++KxO93AeNq6z+1kA==,api_key=KuMhXlaPPUxk5vQyyBfCafPvG1YtwmjhL3tyBruN6js=) |
| 30/01/2020 | ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT |  (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/5lgDEULS7Yo43HwNrjXytg=api_key=KuMhXlaPPUxk5vQyyBfCafPvG1YtwmjhL3tyBruN6js=) |



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://pt-br.help/faq/faq-dpvt/seguro-dpvt-official/>)
l%C3%ADder-
dpvat)

Serviços

> Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

p. 24

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>

- › [Consulta a Pagamentos \(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx\)](#)
- › [Saiba Como Pagar \(/Pages/Saiba-como-pagar.aspx\)](#)
- › [Pontos de Atendimento \(/Pontos-de-Atendimento\)](#)
- › [Como Pedir Indenização \(/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao\)](#)

Dúvidas e Respostas

- › [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](#)
- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](#)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](#)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](#)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](#)

Atendimento

- › [Chat - Atendimento On-line \(/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line\)](#)
- › [Dúvidas, Reclamações e Sugestões \(/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes\)](#)
- › [Telefones de Contato \(/Contato/telefones-de-contato\)](#)
- › [Ouvidoria \(/Contato/Ouvidoria\)](#)
- › [Canal de Denúncias \(/Contato/canal-de-Denuncias\)](#)
- › [Mapa do Site \(/Mapa-do-Site\)](#)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

25/06/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

15/07/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

De modo que determino sua designação, com amparo no art. 334 do CPC/15, devendo a data ser apontada pela Secretaria obedecendo à pauta interna própria, via ato ordinatório, inclusive quanto às intimações e publicações futuras. De modo que determino sua designação, com amparo no art. 334 do CPC/15, devendo a data ser apontada pela Secretaria obedecendo à pauta interna própria, via ato ordinatório, inclusive quanto às intimações e publicações futuras. DA MODALIDADE DA AUDIÊNCIA: POR VIDEOCONFERÊNCIA Consigno, ainda, que aludida audiência, nos termos das Portarias GP1 Normativas Nº 29/2020 e 34/2020, deverá ser realizada por meio de videoconferência, mediante utilização da plataforma Cisco Webex, disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/), nos termos do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020 do CNJ, em caso de cumprimento dos requisitos pelos envolvidos, com a ressalva de que nessa modalidade não incidirão as penalidades de multa por não comparecimento, ao contrário do que ocorre com as audiências presenciais.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Areia Branca**

Nº Processo 202073100747 - Número Único: 0000717-15.2020.8.25.0042

Autor: GIVALDO DA SILVA

Réu: SEGURADORA LÍDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Processo n.º: 202073100747

DESPACHO

De proêmio, **DEFIRO** a gratuidade judiciária, com amparo no art. 98 e ss. do CPC/2015, em virtude da comprovação da hipossuficiência financeira da parte autora por meio do documento **dep.15**.

De outro giro, de acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil no seu art. 334, o juiz somente não designará audiência de conciliação quando ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando o litígio não admitir autocomposição.

Portanto, embora tenha a parte autora manifestado seu desinteresse em participar de audiência de conciliação, tal manifestação não possui o condão de afastar a realização da referida audiência, ao menos por ora.

De modo que **determino sua designação, com amparo no art. 334 do CPC/15**, devendo a data ser apontada pela Secretaria obedecendo à pauta interna própria, via ato ordinatório, inclusive quanto às intimações e publicações futuras.

DA MODALIDADE DA AUDIÊNCIA: POR VIDEOCONFERÊNCIA

Consigno, ainda, que aludida audiência, nos termos das Portarias GP1 – Normativas Nº 29/2020 e 34/2020, deverá ser realizada por meio de **videoconferência, mediante utilização da plataforma Cisco Webex, disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça** (www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/), nos termos do Termo de Cooperação Técnica nº 007/2020 do CNJ, em caso de cumprimento dos requisitos pelos envolvidos, com a ressalva de que nessa modalidade não incidirão as penalidades de multa por não comparecimento, ao contrário do que ocorre com as audiências presenciais.

Para tal hipótese, é necessário que os(as) advogados(as) e as partes possuam acesso à internet, assim como dispositivo de acesso ao link com convite para ingresso na sala virtual, sendo necessário, ainda, que informem aos autos e-mail e contato telefônico com acesso ao aplicativo de comunicação instantânea (*WhatsApp* ou *Telegram*). Para tanto, acaso não tenham consignado tais informações nas peças já apresentadas, **INTIMEM-SE** as partes, por seus patronos, via DJ, para, **no prazo de 10 (dez) dias**, declinarem nos autos informações quanto aos endereços de **e-mail (opcional), número de telefone, (WhatsApp ou Telegram)**.

p. 28

próprios e de seus advogados, bem como informação quanto à disponibilidade de acesso à internet por dispositivo (celular ou computador), para recebimento do link com convite para ingresso em sala virtual.

Na hipótese de a **parte litigar desacompanhada** advogado(a), **proceda-se à intimação pessoal**, por meio de contato telefônico ou de mensagem multiplataforma, nos termos da Portaria Normativa Conjunta n.º 33/2020.

DA MANIFESTAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

No mesmo prazo, as partes, por seus(uas) advogados(as), **poderão manifestar eventual discordância** quanto à realização da audiência por videoconferência, **mediante apresentação de justificativa nesse caso**. Ficam as partes advertidas de que, não havendo expressa objeção, a eventual inércia será considerada como **concordância tácita à realização da solenidade por videoconferência**, com a consequente inclusão do processo em pauta de audiência por essa modalidade.

DO CUMPRIMENTO DOS ATOS PREPARATÓRIOS PELA SECRETARIA, DE FORMA ORDINATÓRIA

Na hipótese de não estarem nos processos as informações necessárias à realização da audiência por meio de videoconferência, bem como se desatendida a intimação já operada por meio do presente provimento, fica a Secretaria autorizada a, por ato ordinatório, reiterar a intimação para apresentação daquelas informações.

Consigno que a autorização para tal requisição restará sem efeito se porventura houver manifestação de discordância.

Se já constantes nos autos ou, de outro modo, caso sejam prestadas as informações necessárias, fica, de logo, a Secretaria autorizada a promover o aprazamento da solenidade perante o SPCv, atentando para a necessidade de renovar, no ato ordinatório, a informação acerca da modalidade por videoconferência.

DAS FORMA DE INTIMAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE PELO CUMPRIMENTO DAS DILIGÊNCIAS

As intimações dos(as) advogados(as) serão feitas, conforme dispõe a legislação processual, por meio de publicação no Diário da Justiça (DJ), a partir da expedição de ato ordinatório pela Secretaria.

As intimações pessoais, cujos mandados sejam distribuídos aos(às) executores(as) de mandados, deverão ser cumpridas por meio de contato telefônico ou de mensagem multiplataforma, nos termos da Portaria Normativa Conjunta n.º 33/2020, e, apenas em caso de inviabilidade, na forma presencial.

DAS ORIENTAÇÕES PARA USO DA PLATAFORMA CISCO WEBEX – CNJ

Por ocasião do cumprimento das intimações, os(as) executores(as) de mandados deverão remeter às partes do processo o vídeo explicativo elaborado por este Juízo, o qual contém instruções para o manuseio da plataforma CISCO/WEBEX do CNJ, bem como orientações quanto ao ambiente e comportamento antes e durante a solenidade.

Importa ressaltar o **papel essencial dos integrantes da advocacia**, classe integrante do sistema constitucional de Justiça, no sentido de promover a orientação prévia de seus constituintes/assistidos(as) neste mesmo quanto às questões mencionadas no parágrafo anterior. E, para tanto, poderão, de igual modo, solicitar o envio do vídeo acima mencionado.

DAS PROVIDÊNCIAS EVENTUAIS, CASO NÃO SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA

Se manifestada a discordância quanto à realização da audiência por videoconferência, ou na hipótese de não estarem satisfeitos os requisitos necessário à realização do ato nesta modalidade, a despeito do 'das providências realizadas por este Juízo, determino que a Secretaria certifique acerca da impossibilidade de realização do ato, mantendo **o processo sob seu controle, mediante inserção do prazo de 30 (trinta) dias no SCPv, renováveis se necessário**, até a efetiva possibilidade de realização dos atos processuais de forma presencial, cumprindo-se oportunamente, por meio de ato ordinatório, a determinação de aprazamento da audiência, obedecendo igualmente à pauta interna própria, **independente de nova conclusão do processo**.

Para tanto, com o retorno das atividades presenciais, fica autorizado e determinada a designação de audiência de conciliação, a ser realizada no fórum local, sendo que a data deverá ser apontada pela Secretaria obedecendo à pauta interna própria, via ato ordinatório, inclusive quanto às intimações e publicações futuras.

Após a fixação da data, cite-se e intime-se o(a)s Requerido(a)s, pessoalmente (carta com AR ou, na impossibilidade desta via, por mandado, na forma dos arts. 247, c/c art.249, ambos no CPC/2015), com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias da data ora aprazada, para comparecer(em) à aludida sessão, acompanhado(a)s de advogado(a)s, podendo constituir representante com poderes específicos para transigir (§§9º e 10º, do art. 334 do CPC/2015), ficando ciente que deverá(ão) informar o seu desinteresse na composição amigável com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contados da data da referida audiência, salientando que a audiência designada só será cancelada se ambas as partes expressarem o seu desinteresse na composição.

Em caso de desinteresse na conciliação, a data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento da sua resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335, inciso II, do CPC/15.

De outro modo, sendo realizada a audiência de conciliação, mas restando infrutífera a solução amigável do litígio pelos motivos indicados no inciso I do art. 335 do CPC/15, a data da solenidade deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento de resposta.

No mandado de citação e intimação a ser expedido para a audiência **presencial** deverão constar as observações a seguir: 1) sendo realizada a audiência de conciliação, mas restando infrutífera a solução amigável do litígio, a data da solenidade deve ser considerada **como o termo inicial para o oferecimento de resposta** no prazo de 15 dias úteis, observando o art. 335, I, §§ 1º e 2º do CPC c/c artigos 224 e 229 do CPC, no que couber. A parte ré deverá apresentar na sua defesa todo e qualquer documento para esclarecimentos dos fatos; 2) ressalte-se que a não apresentação de contestação acarretará os efeitos da revelia e serão reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC/15).

Intimações necessárias (advogado(a)s) da parte autora, pela imprensa, ficando o(a)s mesmo(a)s advertido(a)s de que deverá(ão) comunicar ao(à) seu(ua) constituinte a data da

aludida sessão, nos termos do § 3º, art. 334 do CPC; sendo assistência da parte autoria promovida pela Defensoria Pública, deverá ser promovida a intimação pessoal do(a)(s) Autor(a)(s), sendo a intimação do(a) Ilustre Defensor(a) Público realizada por meio eletrônico).

Ficam ambas as partes advertidas que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com a consequente aplicação de multa de até 02 (dois) por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, §8.º, do CPC.

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO LUÍS LOPES DANTAS, Juiz(a) de Areia Branca**, em 15/07/2020, às 16:31:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001274783-25**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

16/07/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se a parte requerente para informar se possui interesse a realização de audiência por videoconferência e se possuir interesse informar o número de telefone da parte requerida.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

23/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

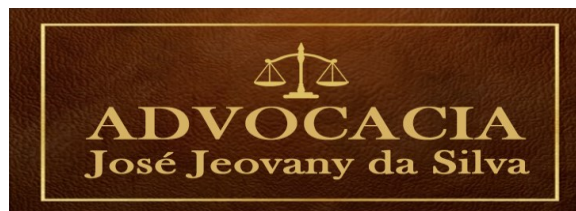
Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE LARANJEIRAS DISTRITO JUDICIÁRIO DE AREIA BRANCA
- SERGIPE**

Processo n. 202073100747

GIVALDO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que está subscreve, nos autos do processo que move em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, vem, respeitosamente, em cumprimento ao despacho de Vossa Excelência, com o fito de informar que **não** tem interesse na realização da audiência de conciliação por videoconferência.

Requer-se, por fim, a Vossa Excelência o prosseguimento do feito.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 23 de Julho de 2020.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

23/07/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que pela informação retro aguarda-se os autos em secretaria a designação de audiência presencial.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

08/09/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Faço os autos conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

30/09/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

(...)DISPENSO, por ora, a audiência de conciliação presencial, com a ressalva da possibilidade de as partes requererem a sua realização por videoconferência, desde que forneçam os dados necessários para tanto. De todo modo, ressalto que a conciliação e mediação podem ser tentadas a qualquer momento durante o processo, inclusive em eventual audiência de instrução, nos moldes do art. 3º, §3º, do Código de Processo Civil. Porquanto o dito, ficam as partes cientes que, como também possuem o dever de cooperação processual (art. 6º do CPC), em caso de proposta de acordo, deverão acostá-la aos presentes autos para fins de deliberação quanto à homologação ou intimação da parte contrária. (...)CITE-SE a parte Requerida eletronicamente, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que deverá ser citada pessoalmente (carta com AR ou, na impossibilidade desta via, por mandado, na forma do artigo 247, c/c art. 249, ambos do CPC), encaminhando-lhe em anexo cópia da petição inicial, sendo que no mandado citatório deverão constar as seguintes observações e advertências: 1) o prazo para o oferecimento de resposta é de 15 (quinze) dias úteis, observando o art. 335, III, §§ 1º e 2º, do CPC c/c artigos 224, 229 e 183, do CPC, no que couber. Ainda, a parte Demandada deverá apresentar na sua defesa todo e qualquer documento para esclarecimentos dos fatos; 2) ressalte-se que a não apresentação de contestação acarretará os efeitos da revelia e serão reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344, do CPC). Considerando o disposto na Resolução nº 11/2020, constatada a ausência de cadastro eletrônico, intime-se a pessoa jurídica para providenciá-lo no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de recebimento das intimações, inclusive pessoais, através do Diário de Justiça eletrônico, nos termos do artigo 272 do estatuto processual civil pátrio, sem prejuízo de outras medidas cabíveis ao caso concreto, conforme legislação em vigor, inclusive das previstas nos artigos 77, IV e 80, IV do Código de Processo Civil, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte.(...)

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Areia Branca

Nº Processo 202073100747 - Número Único: 0000717-15.2020.8.25.0042
Autor: GIVALDO DA SILVA
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Processo n.º: 202073100747

DESPACHO

Tendo em vista que o estado de pandemia persiste e que a medida mais efetiva de prevenção ainda é a não aglomeração de pessoas, DISPENSO, por ora, a audiência de conciliação presencial, com a ressalva da possibilidade de as partes requererem a sua realização por videoconferência, desde que forneçam os dados necessários para tanto.

De todo modo, ressalto que a conciliação e mediação podem ser tentadas a qualquer momento durante o processo, inclusive em eventual audiência de instrução, nos moldes do art. 3º, §3º, do Código de Processo Civil.

Porquanto o dito, ficam as partes cientes que, como também possuem o dever de cooperação processual (art. 6º do CPC), em caso de proposta de acordo, deverão acostá-la aos presentes autos para fins de deliberação quanto à homologação ou intimação da parte contrária.

Dando seguimento, pelo contido no item 2.3 do Anexo II (Cronograma de Retorno Gradativo), da Portaria Normativa/GP1 n.º 62/2020, CITE-SE a parte Requerida **eletronicamente**, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que deverá ser citada pessoalmente (carta com AR ou, na impossibilidade desta via, por mandado, na forma do artigo 247, c/c art. 249, ambos do CPC), encaminhando-lhe em anexo cópia da petição inicial, sendo que no mandado citatório deverão constar as seguintes observações e advertências: *1) o prazo para o oferecimento de resposta é de 15 (quinze) dias úteis, observando o art. 335, III, §§ 1º e 2º, do CPC c/c artigos 224, 229 e 183, do CPC, no que couber. Ainda, a parte Demandada deverá apresentar na sua defesa todo e qualquer documento para esclarecimentos dos fatos; 2) ressalte-se que a não apresentação de contestação acarretará os efeitos da revelia e serão reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344, do CPC).*

Considerando o disposto na Resolução nº 11/2020, constatada a ausência de cadastro eletrônico, intime-se a pessoa jurídica para providenciá-lo no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de recebimento das intimações, inclusive pessoais, através do Diário de Justiça eletrônico, nos termos do artigo 272 do estatuto processual civil pátrio, sem prejuízo de outras medidas cabíveis ao caso concreto, conforme legislação em vigor, inclusive das previstas nos artigos 77, IV e 80, IV do Código de Processo Civil, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte.

Com o decurso do prazo, certifique-se a conduta adotada por cada uma das partes.

Apresentada contestação, na hipótese de haver questões preliminares (art. 337, do CPC), juntada de documentos ou alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral, INTIME-SE a parte Requerente, pela imprensa, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a aludida peça (art. 350 do CPC).

Se juntados documentos com a réplica, intime-se a parte Requerida para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 437, §1º do CPC.

Areia Branca/SE, 29 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO LUÍS LOPES DANTAS, Juiz(a) de Areia Branca, em 30/09/2020, às 14:47:26**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001841379-83**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

01/10/2020

MOVIMENTO:

Intimação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

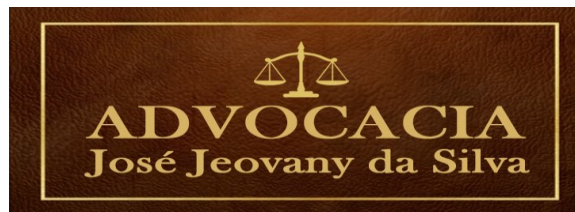
Intimação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
CITE-SE a parte Requerida eletronicamente, salvo se microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que deverá ser citada pessoalmente (carta com AR ou, na impossibilidade desta via, por mandado, na forma do artigo 247, c/c art. 249, ambos do CPC), encaminhando-lhe em anexo cópia da petição inicial, sendo que no mandado citatório deverão constar as seguintes observações e advertências: 1) o prazo para o oferecimento de resposta é de 15 (quinze) dias úteis, observando o art. 335, III, §§ 1º e 2º, do CPC c/c artigos 224, 229 e 183, do CPC, no que couber. Ainda, a parte Demandada deverá apresentar na sua defesa todo e qualquer documento para esclarecimentos dos fatos; 2) ressalte-se que a não apresentação de contestação acarretará os efeitos da revelia e serão reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344, do CPC).
Intimação enviada ao Empresa Privada.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE LARANJEIRAS DISTRITO JUDICIÁRIO DE AREIA BRANCA
- SERGIPE**

GIVALDO DA SILVA, brasileiro, solteiro, vigilante, portador do RG nº 1.119.759 SSP/SE e CPF nº 588.160.205-63, residente e domiciliado na Rua do Grupo, nº 80, Centro, Areia Branca/SE, CEP 49.580-000, Tel.: (79) 99644-8669, **não possui endereço eletrônico**, por meio de seu advogado que está subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir delineados:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei 1060/50, com redação dada pela lei 7510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.



DOS FATOS

No dia 01 de Dezembro de 2018, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/XRE 300, ano 2011/2011, cor preta, placa OEN-6089, CHASSI 9C2ND0910BR222126, Aracaju/SE, no sentido N. Sra. das Dores/SE a Siriri/SE, quando na curva do “S” perdeu o controle da motocicleta, invadiu a lateral direita da via e foi de encontro a uma cerca de arame, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fratura no ombro esquerdo em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar do Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros), a seguradora não realizou nenhum pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT, conforme dados do sinistro anexo.

Portanto, não restou alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

DO DIREITO

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de



indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei 6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL – POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



(...)

II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.

(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar, porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*(...) (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:



Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Requerente, o qual será constatado por meio de exame pericial.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;
- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja a **presente ação julgada totalmente procedente, condenando a Requerida ao pagamento do seguro DPVAT pertinente**,



auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos;

- f)** A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 24 de Junho de 2020.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

AREIA BRANCA DA COMARCA DE AREIA BRANCA
Rua Heráclito Diniz, Bairro Centro, Areia Branca/SE, CEP 49580000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202073100747

DATA:

02/10/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Intimação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 02/10/2020, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 01/10/2020, às 08:38:58.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não